



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

&

Relatório dos Auditores Independentes



VERTENTE
agropecuária

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

**Acionistas e Administradores da
AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGROPECUARIA VERTNETE S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cabeceiras (GO), 17 de abril de 2025.



UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC DF 501/O-1 CVM 6785

CLAUDINEI DALLASTRA

Contador CRC DF 16037/O

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE - 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual Fundo em 31 de dezembro de 2024

Valores em R\$ 1,00

Balanco Patrimonial							
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2024	2023	DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2024	2023
ATIVO		149.645.678	120.424.124	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		149.645.678	120.424.124
Ativo Circulante		87.441.687	64.972.575	Passivo Circulante		23.818.091	10.554.812
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	23.245.699	12.666.712	Fornecedores	12	8.077.888	2.364.238
Contas a Receber	7	9.494.000	2.328.952	Salários e Obrigações Sociais	13	1.205.278	983.758
Impostos a Recuperar/Compensar		324.030	-	Obrigações Fiscais	14	737.531	1.104.138
Outros Créditos		1.548.978	569.270	Empréstimos e Financiamentos	15	2.376.858	4.387.269
Adiantamentos	10	6.692.878	2.237.220	Adiantamento Recebidos		-	126.823
Estoques	8	46.110.702	47.128.379	Lucros Distribuídos a Pagar		8.823.086	-
Despesas Antecipadas		25.400	42.042	Outras Obrigações	10	2.597.450	1.588.586
Ativo Não Circulante		62.203.991	55.451.549	Passivo Não Circulante		6.767.674	8.003.584
Realizável a Longo Prazo		4.064.159	1.407.413	Empréstimos e Financiamentos	15	4.400.985	6.777.355
Dep. Judiciais e Cauções		298	298	Quotas de Consorcio a Pagar	10	2.166.689	1.026.229
Operações com Consorcios	10	4.063.861	1.407.115	Conting. Fiscais e Trabalhistas	9	200.000	200.000
Investimentos		-	-	Patrimônio Líquido	16	119.059.913	101.865.728
Imobilizado	11	58.139.832	54.044.136	Capital Social		45.640.000	45.640.000
				Reserva Legal		6.428.911	5.120.547
				Reserva de Capital		25.267.782	10.586.000
				Reserva de Lucros		41.723.220	40.519.181

Demonstração do Resultado do Exercício			
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2024	2023
Receita Operacional Bruta	17	73.426.756	70.996.531
(-) Deduções da Receita Bruta	19	(71.329)	(1.248.608)
Receita Operacional Líquida		73.355.427	69.747.923
(-) Custos dos Produtos Vendidos	18	(37.618.775)	(40.305.564)
Lucro Operacional Bruto		35.736.652	29.442.359
Despesas/Receitas Operacionais		(7.784.160)	(13.685.833)
(-) Despesas com Pessoal		(1.230.885)	(1.441.434)
(-) Despesas com Materiais		(576.503)	(682.419)
(-) Despesas com Serviços		(2.588.841)	(6.197.183)
(-) Despesas com Locações		(240.281)	(2.837.688)
(-) Despesas com Depreciação		(2.777.391)	(2.627.120)
(+) Outras Receitas		11.117	1.270.722
(-) Outras Desp. Gerais e Administrativas		(381.376)	(1.170.711)
Resultado Operacional antes das Rec./Desp. Financeiras		27.952.492	15.756.526
Resultado Financeiro	20	1.422.004	(93.800)
(+) Receitas Financeiras		2.891.247	1.361.193
(-) Despesas Financeiras		(1.469.243)	(1.454.993)
(+/-) Resultado de Participações Societárias		-	-
Resultado antes da Contribuição Social e IRPJ		29.374.496	15.662.726
(-) Provisão para Imposto de Renda		(2.157.536)	(2.029.781)
(-) Provisão para Contribuição Social		(1.049.689)	(994.723)
Lucro Líquido do Exercício		26.167.271	12.638.222
Resultado por ação:			
Resultado por ação - básico		0,57334	0,27691

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/0-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual Fundo em 31 de dezembro de 2024 Fluxo de Caixa Demonstrado pelo Método Indireto

Valores em R\$ 1,00

Descrição das Atividades	2024	2023
<u>Das atividades operacionais</u>		
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	29.374.496	15.662.726
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	2.777.391	2.627.120
Superveniências (Ativas) e Passivas	34.983	306.174
Variação (Ativas) e Passivas no valor justo de ativos biológicos	-	276.120
(Ganho) Perda de ativos	-	5.722
(Ganho) Perda na alienação de bens	(3.000)	(6.082)
Despesa de juros	793.397	1.066.000
Provisão para processos judiciais	-	200.000
	32.977.267	20.137.780
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em Clientes	(7.165.048)	(2.172.134)
(Aumento) redução em Impostos a Compensar	(324.030)	282.600
(Aumento) redução em Adiantamentos	(4.455.659)	(543.560)
(Aumento) redução em Estoques	982.695	(1.347.577)
(Aumento) redução em Outros ativos circulantes e não circulantes	(3.619.811)	(1.822.090)
Aumento (redução) em Fornecedores	5.713.650	(1.504.347)
Aumento (redução) em Salários e Obrig. Sociais	221.520	53.200
Aumento (redução) em Obrigações Tributárias	(47.808)	(17.684)
IRPJ e CSLL pagos	(3.526.025)	(2.198.341)
Aumento (redução) em juros a pagar	(793.397)	(1.066.000)
Aumento (redução) em Outros Adiantamento	(126.823)	126.823
Aumento (redução) em Outras Obrigações	(6.979)	6.122
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	19.829.552	9.934.792
<u>Das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado	(6.873.087)	(2.612.048)
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	3.000	10.000
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(6.870.087)	(2.602.048)
<u>Das atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de dividendos	(150.000)	(507.540)
Aumento (redução) de Consórcios	2.149.324	1.956.186
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	(4.379.802)	(4.744.425)
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(2.380.478)	(3.295.779)
Fluxo de caixa total	10.578.987	4.036.965
Demonstração do aumento nas disponibilidades		
No início do exercício	12.666.712	8.629.747
No fim do exercício	23.245.699	12.666.712
Aumento nas disponibilidades	10.578.987	4.036.965

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A
Demonstração do Valor Adicionado
 CNPJ - 21.392.197/0001-21

Demonstração Financeira Individual

Valores em R\$ 100

Receitas	2.024		2.023	
Da Atividade agropecuária	73.426.756		70.996.531	
Outras receitas (despesas)	(23.866)		482.706	
	<u>73.402.890</u>		<u>71.479.236</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(37.618.775)		(40.305.564)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(3.874.415)		(7.377.073)	
	<u>(41.493.190)</u>		<u>(47.682.638)</u>	
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(2.777.391)		(2.627.120)	
Valor adicionado líquido gerado	29.132.309		21.169.479	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	2.891.247		1.361.193	
	2.891.247		1.361.193	
Valor adicionado total a distribuir	32.023.556		22.530.672	
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	1.029.913	3,22%	1.172.234	5,20%
Salários e encargos	1.029.913		1.172.234	
Impostos, taxas e contribuições	3.792.694	16,83%	4.816.528	21,38%
Tributos Federais	3.501.992		3.601.329	
Tributos Estaduais	273.068		1.186.250	
Tributos Municipais	17.634		28.949	
Financiadores	1.033.678	3,23%	3.903.689	17,33%
Juros	793.397		1.066.000	
Aluguéis	240.281		2.837.688	
Acionistas	26.167.271	81,71%	12.638.222	56,09%
Distribuição de lucros	8.973.086		507.540	
Lucros retidos do exercício	17.194.185		12.130.682	
Valor adicionado total distribuído	32.023.556	105%	22.530.672	100%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual Findo em 31 de dezembro de 2024 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores em R\$ 1,00

Transações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	45.640.000	4.488.636	-	39.606.410	89.735.046
Lucro Líquido do Exercício				12.638.222	12.638.222
Destinações					-
Reserva Legal		631.911		(631.911)	-
Reserva de Capital			10.586.000	(10.586.000)	-
Distribuição de Dividendos				(507.540)	(507.540)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	45.640.000	5.120.547	10.586.000	40.519.181	101.865.728
Lucro Líquido do Exercício				26.167.271	26.167.271
Destinações					-
Reserva Legal		1.308.364		(1.308.364)	-
Reserva de Capital			14.681.782	(14.681.782)	-
Distribuição de Dividendos				(8.973.086)	(8.973.086)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	45.640.000	6.428.911	25.267.782	41.723.220	119.059.913

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual

Findo em 31 de dezembro de 2024

Demonstração do Resultado Abrangente

Valores em R\$ 1,00

Descrição	2.024	2.023
Lucro Líquido do exercício	26.167.271	12.638.222
(+/-) Outros Resultados Abrangentes do Período	-	-
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
(=) Resultado Abrangente Total	26.167.271	12.638.222

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

LÚCIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO

CRC-DF 019351/O-0

Contador

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

Nota	Pag
Base de Preparação	
1.	Contexto Operacional..... 11
2.	Relação de Entidades Controladas..... 11
3.	Apresentação das Demonstrações Financeiras..... 11
4.	Conclusão, Autorização para Publicação e Aprovação 12
Políticas Contábeis	
5.	Principais Práticas e Estimativas Contábeis 12
Ativos	
6.	Caixa e Equivalentes de Caixa 15
7.	Contas a Receber..... 15
8.	Estoques..... 16
9.	Contingências Trabalhistas 17
10.	Quotas de Consórcio..... 17
11.	Imobilizado..... 17
Passivo e Patrimônio Líquido	
12.	Fornecedores..... 18
13.	Salários e Obrigações Sociais..... 18
14.	Obrigações Fiscais 19
15.	Empréstimos e Financiamentos 19
16.	Patrimônio Líquido..... 19
Outras Informações	
17.	Receitas 20
18.	Custo dos Produtos Vendidos 20
19.	Deduções de Tributos Incidentes sobre a Receita 20
20.	Resultado Financeiro..... 21
21.	Aspectos Tributários..... 21
22.	Projeção de Produtividade e Área por Cultura..... 21
23.	Cobertura de Seguros 22
24.	Partes Relacionadas 22
25.	Evento Subsequente..... 22
26.	Auditoria Independente..... 22
27.	Certificação 22
28.	Política Ambiental..... 22

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de dezembro de 2024.

NOTA 1. Contexto Operacional.

a. A Empresa.

A Agropecuária Vertente S/A é uma pessoa jurídica de direito privado de fins lucrativos, produtora de commodities agrícolas focada na produção de café, que surge a partir da reorganização dos negócios da Trier Engenharia S/A, iniciando suas atividades em 01/11/2014, com área total de 3.880 hectares, situada no município de Cabeceiras - GO.

A Sociedade foi constituída a partir da integralização pela Trier Engenharia S/A de sua filial denominada Fazenda Salto - Imóvel rural, constituído de terras, benfeitorias, equipamentos e estoques.

Em setembro de 2015, ocorreu a transformação da referida sociedade de Ltda. em anônima fechada, que passou a girar sob a denominação de Agropecuária Vertente S/A.

O modelo de negócio é baseado em um sistema de produção moderno, em alta escala, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental, contando com estrutura própria para a secagem e armazenagem do café.

b. Áreas de Negócios.

A Agropecuária Vertente S/A possui como atividades em terras próprias: Cultivo de café, feijão, soja, milho, crotalaria, algodão, criação de bovinos para corte, com predominância para o cultivo do café.

NOTA 2. Relação de Entidades Controladas

A companhia não possui ao final do exercício entidades Controladas.

NOTA 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com NBC TG 1001, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que dispõe sobre a contabilidade para pequenas empresas e por exigência dos Acionistas as Demonstrações Financeiras não foram consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas da Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicadas para o porte da sociedade.

A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

A Administração avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Agropecuária Vertente S/A no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

b. Apresentação.

Estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras, a DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa - preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos da Seção 7 da NBC TG 1001.

A DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado – preparada de acordo com CPC 09, sendo apresentada de forma adicional, pois pela legislação é requerida somente as companhias de capital aberto, sendo submetida aos mesmos procedimentos de auditoria das demais demonstrações.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, moeda funcional da companhia, desprezadas as frações de centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 4. Conclusão, Autorização para Publicação.

Em conformidade com a Seção 32 da NBC TG 1001 (evento subsequente) a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024 foi autorizada pela diretoria em 25 de março 2025, desta forma, as demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

NOTA 5. Sumário das principais práticas e estimativas contábeis.

Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltam-se:

a. Provisões.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando contingência representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

b. Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os tributos sobre o lucro da sociedade IRPJ e a CSLL, são calculados pela competência, na controlada pelo regime de caixa, adotando-se o regime do Lucro Presumido com base nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício e de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, sendo reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

As provisões para o imposto de renda e contribuição social, são calculados com base nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros sendo reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis trimestrais, sobre os excedentes a R\$60.000,00. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

c. Apuração do resultado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Sociedade, e somente é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos mesmos são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

d. Reconhecimento da receita.

Em conformidade com a Seção 23 na NBC TG 1001, a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Segundo a Seção 23 na NBC TG 1001, a entidade somente deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço ao cliente.

No exercício de 2024, a receita operacional bruta reconhecida, esta detalhada na nota explicativa 17.

e. Remuneração dos Acionistas.

Houve no decorrer do exercício de 2024 remuneração aos acionistas na forma de dividendos.

f. Imobilizado.

É apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação fiscal e societária. As taxas de depreciação fiscais estão conforme a legislação tributária e as societárias são calculadas em decorrência da vida útil estimada do bem.

O custo da depreciação societária é calculado pelo método linear para distribuir seu valor ao longo do tempo, sendo reconhecida no resultado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Imóveis em Construção e Terras Rurais não são depreciados. Os valores do imobilizado e da depreciação estão divulgados na nota explicativa 11.

g. Avaliação do valor recuperável dos ativos.

A análise dos ativos contidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2024 não indicou a necessidade de ajustes por redução ao valor recuperável de ativos.

h. Estimativa do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes, tributos a recuperar, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e obrigações fiscais, estejam próximos de seus valores justos. Salvo disposição em contrário, os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

i. Estoques.

Os estoques da Sociedade possuem critérios diferenciados de avaliação e estão apresentados por seu custo de aquisição, produção ou valor de pauta ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa 8.

j. Instrumentos financeiros.

A companhia classifica seus principais instrumentos financeiros ativos e passivos da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

- i. *Equivalentes de caixa:* Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. (Nota explicativa 6)
- ii. *As aplicações financeiras:* são apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Essas operações estão reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (Nota explicativa 6)
- iii. *Contas a receber de clientes:* Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. Devido o prazo de recebimento ser equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), são classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. (Nota explicativa 7)

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

- iv. *Fornecedores:* As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrente da aquisição de bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar de fornecedores inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (Nota explicativa 12).

v. *Financiamentos e Empréstimos*: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiamentos de infraestrutura. Estão demonstrados pelos valores de contratação.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. (Nota explicativa 15).

A Sociedade não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2024 e 2023. Os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

k. Passivos Contingentes e Processos Judiciais.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

NOTA 6. Caixa e Equivalentes de Caixa.

Caixa e equivalentes de caixa, compreendem os saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.i.

Disponibilidades	2024	2023
Caixa	2.078	2.490
Bcos C/Movimento	46.438	1.528.049
Aplicações Financeiras	23.197.183	11.136.173
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.245.699	12.666.712

Aplicações Financeiras.

As aplicações financeiras são compostas basicamente de Fundos de Renda Fixa, remunerados por taxas que variam em média em 31/12/2024 até 100% do CDI. A Companhia ao gerenciar o capital aplicado tem por objetivo resguardar a habilidade de sua continuidade operacional mantendo uma estrutura otimizada de capital reduzindo assim os custos de captação. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.ii.

NOTA 7. Contas à Receber.

São representadas pelas vendas de commodities agrícolas e de bovinos para corte. São registrados com base no princípio contábil da competência com a respectiva apropriação no resultado. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.iii.

Na data base findo do balanço constava como saldo de contas a receber o valor de R\$9.494.000 (2023 R\$2.328.952).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024 a companhia não possuía título cujo recebimento fosse considerado incerto ou que estivessem vencidos e, portanto, não se constituiu qualquer provisão para devedores duvidosos.

NOTA 9. Contingências Trabalhistas.

A Sociedade não é parte em processos judiciais de qualquer natureza, classificados como de possível perda que geram passivos contingentes na data do encerramento das demonstrações financeiras.

A Sociedade possui processos de natureza trabalhista, referente a reclamações individuais, envolvendo riscos de perda classificados como provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão no montante estimado de R\$200.000,00. Classificado como possível, o processo 0010322-36.2022.5.18.0211 junto ao TRT 18 (Formosa/GO) que possui Depósito Judicial.

NOTA 10. Quotas de Consórcio (adiantamentos).

Os saldos das contas de Quotas de Consórcio estão reconhecidos a valor presente, uma vez que são reajustadas conforme a variação do preço do bem de referência. A sociedade detém Quotas de Consórcio para aquisição de bens destinados ao Ativo Imobilizado, conforme demonstra-se a seguir.

As parcelas das Quotas de Consórcio pagas antes da contemplação, constituem Adiantamentos de Consórcio e são contabilizadas como adiantamentos no Ativo Circulante, na data findo 31/12/2024 monta o saldo de R\$1.249.029 (2023 R\$1.586.614). Os reajustes ocorridos nesta fase do Consórcio constituem custo adicional do bem, e assim são registrados como Adiantamentos de Consórcio, juntamente com a prestações pagas.

As Quotas de Consórcio contempladas, mas que ainda não foram destinadas a aquisição do Ativo Imobilizado, são classificadas no Ativo Realizável a Longo Prazo, enquanto não convertidas em bens. Na data findo 31/12/2024 monta o saldo de R\$4.063.861 (2023 R\$1.407.115).

A obrigação financeira, junto a Administradora de Consórcio, que é constituída por Quotas de Consórcio contempladas e convertidas ou não em bens do Ativo Imobilizado, são classificadas no balanço como outras obrigações no Passivo Circulante ou no Exigível a Longo Prazo a depender do prazo para pagamento, na data findo 31/12/2024 monta o saldo de R\$1.938.820 classificados em outras obrigações no Circulante, em (2023 R\$929.957) e R\$2.166.689 (2023 R\$1.026.229) no Exigível a Longo Prazo.

Os reajustes das prestações, devidos após a contemplação das Quotas de Consórcio, são considerados como despesas operacionais, a título de variação monetária passiva.

Em média, a Taxa de Administração de Consórcio gira em torno de 10% a.a.

NOTA 11. Imobilizado.

Em conformidade com a Seção 17 da NBC TG 1001, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. A composição do saldo do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo. Veja políticas contábeis na nota explicativa 5.f.

NOTA 14. Obrigações Fiscais.

Referem-se a obrigações fiscais (impostos e contribuições incidentes sobre o resultado e receitas) e retenções incidentes sobre rendimentos do trabalho assalariado e prestações de serviços de pessoas jurídicas e físicas.

As referidas obrigações fiscais não possuem taxas de encargos e são reconhecidas dentro do próprio exercício sendo recolhidas em seus respectivos prazos de vencimento.

As composições das obrigações fiscais, na data do balanço, estão demonstradas na tabela a seguir de acordo com a sua respectiva natureza tributária.

Obrigações Fiscais por Natureza	2024	2023
Tributos s/Lucro e Receitas	667.653	1.020.794
Retenções s/Fornecedores	20.123	37.895
Retenções s/Salários	49.755	45.449
Total>>>>	737.531	1.104.138

NOTA 15. Empréstimos e Financiamentos.

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos não está reconhecido a valor presente, e corresponde ao valor original do contrato. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.v.

Na data do balanço em 31/12/2024, a sociedade detinha financiamentos para renovação dos equipamentos e implementos agrícolas e custeio da safra 2024/2025 conforme demonstra-se a seguir.

Instituição Financeira	2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES/FINAME	646.500	1.059.000	1.209.804	1.705.500
Itaú Unibanco S/A	-	-	126	-
Bco. Bradesco S/A	852.910	1.030.787	2.316.608	1.883.697
BRB S/A	211.500	1.269.000	211.500	1.480.500
Bco. do Brasil	710	-	7.563	-
CEF	665.238	1.042.198	641.668	1.707.658
	2.376.858	4.400.985	4.387.269	6.777.355
	6.777.843		11.164.624	

Para todas as modalidades de financiamentos foram dados como garantias/alienação os próprios bens financiados. A Companhia fez uso destes instrumentos para suprir as necessidades de seus fluxos de caixa na forma de capital de giro.

NOTA 16. Patrimônio Líquido.

O capital social, na data do balanço, pertencentes a pessoas físicas residentes e domiciliados no Brasil, compõem-se de 45.640.000 (Quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O saldo de reserva legal atende ao art. 193 da lei 6.404/76. A composição do Patrimônio Líquido na data do balanço é demonstrada abaixo.

Composição do Patrimônio Líquido	2024	2023
Capital Social Integralizado	45.640.000	45.640.000
Reserva de Lucros	41.723.220	40.519.181
Reserva de Capital	25.267.782	10.586.000
Reserva Legal	6.428.911	5.120.547
Total	119.059.913	101.865.728

NOTA 17. Receita Bruta.

Abaixo, quadro detalhando as receitas por produto comercializado. Veja política contábil na nota explicativa 5.d.

Demonstrativo das Receitas	2024	2023
Semoventes - Bovinos para Corte	-	56.400
Milho a Granel e/ou em Espiga	-	2.328.077
Café Arábica em Grãos	68.817.354	41.243.858
Trigo	-	621.096
Soja em Grãos	-	2.733.387
Algodão	4.609.402	24.013.713
Total	73.426.756	70.996.531

Abaixo encontra-se o detalhamento da Receita Bruta deduzidas dos Cancelamentos e Devoluções ocorridas em 2024 por não satisfazer o desempenho esperado pelo cliente ou por diferença de peso entre balanças.

Atividade Agropecuária	Receita Bruta	Devoluções da Receita	Receita (-) Devoluções
Café Arábica em Grãos	68.817.354	- 11	68.817.343
Algodão	4.609.402	-	4.609.402
Total	73.426.756	- 11	73.426.744

NOTA 18. Custo dos Produtos Vendidos.

Abaixo, quadro detalhando os custos por produto vendido.

Os custos com a safra compreendem o preço de aquisição de insumos, salários e seus encargos e outros custos diretamente atribuíveis à produção e colheita.

Custos Produtos Vendidos	2024	2023
Milho a Granel e/ou em Espiga	-	695.123
Café Arábica em Grãos	34.403.746	20.604.727
Trigo	-	424.312
Soja em Grãos	-	1.621.534
Algodão	3.215.029	16.959.868
Total	37.618.775	40.305.564

NOTA 19. Deduções Tributos Incidentes sobre a Receita.

a. Produtos Destinados à Exportação.

As vendas destinadas ao exterior, os tributos sobre o faturamento: PIS e COFINS possuem tributação Suspensa e o ICMS possui benefício da não tributação na sua efetiva exportação.

A agropecuária Vertente através de termo de acordo TARE junto a SEFAZ/GO, está credenciada a promover saída com fim específico de exportação de café cru sem destaque do ICMS.

b. Produtos Destinados ao Mercado Interno.

As vendas no mercado interno, são reguladas por normas distintas de tributação:

- Competência:* Estaduais e Federais.
- Destino:* Dentro do estado de Goiás ou outra unidade da Federação.
- Destinatário:* Pessoa física ou jurídica, se indústria, comércio ou produtor rural.

Em geral, as vendas no mercado interno, seguem as seguintes regras fiscais:

- Pis e Cofins, tem a cobrança suspensa ou alíquota zero sobre o faturamento.
- O ICMS é cobrado a alíquota de 19% para as operações internas e 12% para as operações para outra unidade da federação.
- As operações internas com venda de gado, soja e café são isentas da cobrança do ICMS.

A agropecuária Vertente é credenciada Junto a SEFAZ/GO a promover operações interestaduais sem o recolhimento antecipado do ICMS.

NOTA 20. Resultado Financeiro.

O resultado financeiro é demonstrado pelo resultado das receitas financeiras, deduzido das respectivas despesas.

As receitas financeiras compreendem basicamente os rendimentos provenientes de aplicações financeiras sendo reconhecidas *pro rata die* com base no método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros reconhecidos no resultado do exercício sobre os empréstimos e financiamentos.

Origem	2024	2023
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	2.761.924	1.192.502
Descontos Obtidos e/ou Juros Ativos	43.467	33.092
Variações Monetárias Ativas	85.856	135.599
Juros e Encargos s/Fornecedores	(1.518)	(319)
Juros e Encargos s/Empréstimos e Financiamentos	(1.163.855)	(1.324.154)
Desc. Concedidos e/ou Perdas Aplic. Financeiras	(150.004)	(1)
Variações Monetárias Passivas	(153.866)	(130.518)
Total	1.422.004	(93.800)

NOTA 21. Aspectos Tributários.

A opção pelo regime de tributação exercida para os exercícios 2024 e 2023 é o Lucro Presumido.

A diferença fundamental entre o conceito do lucro presumido em relação ao conceito do lucro real está no fato de que, no primeiro caso, há uma presunção por parte do fisco de qual seria o lucro das organizações, enquanto, que no segundo, o lucro a ser tributado corresponde ao lucro efetivo das empresas após a dedução dos impostos incidentes sobre receitas, custos e despesas, ajustado por adições e exclusões estabelecidas pela legislação fiscal.

A opção manifestada recai para a modalidade em que o pagamento de tributos, compreendendo não só o IRPJ e a CSLL, mas também o PIS e a COFINS se deem de forma mais econômica, atendendo também às limitações legais de opção a cada regime. Desta forma o lucro presumido é adequado à legislação fiscal e favorável ao planejamento tributário exercido pelos administradores da companhia estimando-se receitas e custos, com base no orçamento anual.

NOTA 22. Projeção de Produtividade e Área por Cultura.

A seguir, apresentamos o quadro atualizado da área prevista para plantio do ano safra 2024/2025 e expectativas de colheita.

Produto	Área Plantada (Ha)	Plantio	Projeção de Produtividade (Ha)	Produção Estimada (Sc)	Unidade de Medida	Previsão de Colheita
Soja	932	Out/2024	80	74.560	SC	Fev/2025
Café	1.094	2004 à 2022	27,4	29.976	SC	Abr a Set/2025
Sorgo	372	Mar/2025	70	26.040	SC	Jul/2025
Feijão	105	Mar/2025	50	5.250	SC	Jul/2025
Crotalaria	68	Abr/2025	1000	68.000	KG	Jul/2025

A área plantada é com utilização do sistema de irrigação por pivot central e/ou gotejamento e sequeiro em áreas arrendadas.

NOTA 23. Cobertura de Seguros.

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31/12/2024, a cobertura está assim contratada.

- i. **Seguro Modalidade Multirisco Rural:** Cobertura a danos a mercadorias (grãos estocados e animais), contra os riscos de incêndio, danos elétricos e outros.
- ii. **Seguro Modalidade Penhor Rural:** Cobertura de roubo/furtos e danos elétricos e outros dos equipamentos agrícolas de valor relevante.

NOTA 24. Partes Relacionadas.

De acordo com a Seção 33 da NBC TG 1001, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As partes relacionadas referem-se a pagamento de pró-labore aos administradores e permuta de máquinas e equipamentos.

NOTA 25. Evento Subsequente.

Não há Eventos Subsequentes a serem divulgados pela Companhia.

NOTA 26. Auditores Independentes.

A sociedade esclarece não está obrigada a Auditoria Independente, entretanto por liberalidade e adesão as boas práticas de governança, mantém contrato com auditores credenciados na CVM para auditoria das Demonstrações Financeiras.

NOTA 27. Certificação.

A companhia é certificada pelo Protocolo Guaxupé Planet Sustainable Coffee, no Código de Conduta 4C, Programa C.A.F.E. Practices e nos regulamentos 4C e Comexim - Large Farms VI. Estes módulos contêm requisitos aplicáveis à produção de café e atividades de processamento até à obtenção do café verde e inclui elementos como: padrões para manutenção de registros; uso minimizado e documentado de defensivos agrícolas e proteção de direitos trabalhistas, entre outros.

NOTA 28. Política Ambiental.

A Sociedade está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais. A Sociedade tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, e não responde por nenhum processo judicial no descumprimento da legislação ambiental.

Administração.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador